

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE

DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

NIRE 35.300.050.274

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 25 de abril de 2019, às **10h30**, na sede da Companhia, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040.

2. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES: (a) o relatório da administração, as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, o relatório anual da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY"), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, foram publicados, nos termos do artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição de 19 de março de 2019, nas páginas 2 a 22 do caderno 2, e no Jornal Valor Econômico, na edição de 19 de março de 2019, nas páginas A17 a A33; e (b) o relatório da administração, as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, o relatório anual da EY e os demais documentos pertinentes aos assuntos integrantes da ordem dia foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia, divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e da Companhia com 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

3. CONVOCAÇÃO: O edital de convocação foi publicado, na forma do Artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 23, 26 e 27 de março de 2019, nas páginas 77, 263 e 119, respectivamente, e no Jornal Valor Econômico, nas edições dos dias 23, 24 e 25 de março de 2019, 26 e 27 de março de 2019, nas páginas A7, B11 e B9, respectivamente.

4. **PRESENÇA:** Presentes os acionistas representando 95,88% (noventa e cinco virgula oitenta e oito por cento) do capital social votante da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes do Livro de Presença de acionista e das informações contidas nos mapas analíticos elaborados pelo agente escriturador e pela própria Companhia, na forma do artigo 21-W, incisos I e II, da Instrução CVM nº 481/2009, ficando desta forma constatada a existência de quórum legal para a realização da Assembleia Geral (excluídas as ações em tesouraria). Presentes, também, o Sr. Max Xavier Lins, Diretor Presidente da Companhia, e o representante da EY, Sr. Adilvo Pinheiro de Oliveira França Junior. Presente ainda, na forma prevista no artigo 164 da Lei nº 6.404/1976, o Sr. Mauro Daud Filho, membro do Conselho Fiscal e Mario Shinzato membro do Comitê de Auditoria da Companhia.

5. **MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Britaldo Pedrosa Soares e secretariados pela Sra. Andrea Leandro Valenzuela.

6. **ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (A) **em assembleia geral ordinária:** (i) as contas da administração, as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (B) **em assembleia geral extraordinária:** (i) a alteração do Estatuto Social, conforme proposta da administração; e (ii) a fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

7. **DELIBERAÇÕES:** Instalada a Assembleia, os acionistas presentes dispensaram a leitura do Mapa de Votação Sintético, tendo em vista que tal documento foi divulgado ao mercado, conforme previsto no artigo 21-W, § 3º, da Instrução CVM nº 481/2009. Em seguida, o Presidente da Mesa indagou se algum dos acionistas presentes fisicamente à Assembleia havia apresentado voto por meio do boletim de voto a distância e se desejava manifestar seu voto presencialmente na presente Assembleia, para efeitos de se desconsiderar o voto a distância, na forma do artigo 21-W, § 5º, inciso I, da Instrução CVM nº 481/2009. Dando continuidade aos trabalhos, os acionistas presentes dispensaram a leitura dos documentos e da proposta objeto da ordem do dia e, após o exame e discussão das matérias, deliberaram o quanto segue:

7.1. Aprovar, **por unanimidade** de votos dos acionistas que compareceram à sede da Companhia, com 189.323.545 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a lavratura da ata na

forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, bem como a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

(A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

7.2. Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, as contas da administração, as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, o relatório dos auditores independentes e o relatório anual da administração, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, elaborados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela CVM e com as demais normas da CVM.

7.2.1. Consignar que foram recebidos 5.600 votos favoráveis a instalação do Conselho Fiscal, representando 0,0028% do capital social, o qual, entretanto, não é suficiente para a instalação do órgão. Assim, o Conselho Fiscal não foi instalado.

(B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

7.3. Tendo em vista Ordem do Dia da Assembleia, os acionistas presentes à Assembleia deliberaram a respeito da proposta de reformulação parcial do Estatuto Social, conforme segue:

- (i) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do Artigo 8º, Parágrafo Segundo, para efetuar ajustes de referência cruzada, bem como a alteração do Artigo 10, Parágrafos Primeiro e Segundo, para efetuar ajustes de redação e/ou formatação, sem alteração de conteúdo. Em razão da deliberação tomada no presente item, o Artigo 8º, Parágrafo Segundo, e o Artigo 10, Parágrafos Primeiro e Segundo, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 8º (...) Parágrafo Segundo - A posse dos membros do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria Executiva, fica condicionada à assinatura de

termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária referida no artigo 34.”

“Artigo 10º (...) **Parágrafo Primeiro** - *Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.*

Parágrafo Segundo - *Os empregados, organizados ou não sob a forma de Clube de Investimento ou Associação, terão direito de eleger um membro do Conselho de Administração.”*

- (ii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do Artigo 11 para (a) padronizar o Estatuto Social da Companhia aos demais estatutos sociais das empresas pertencentes ao Grupo Enel; (b) alterar o prazo de convocação das reuniões do Conselho de Administração de 5 (cinco) para 2 (dois) dias úteis; e (c) efetuar ajustes de numeração e tipografia. Em razão da deliberação tomada no presente item, o Artigo 11 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 11 *O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, nas datas previstas no calendário anual e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2 (dois) de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros em exercício.*

Parágrafo Primeiro – *As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito com antecedência mínima 2 (dois) dias úteis, com apresentação da data, horário e local da reunião, bem como da pauta dos assuntos a serem tratados.*

Parágrafo Segundo - *Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.*

Parágrafo Terceiro - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião, observadas, quando aplicáveis, as condições estabelecidas para o exercício do voto dos Conselheiros previstas no artigo 118 parágrafos 8º e 9º da Lei nº 6.404/76, e no(s) Acordo(s) de Acionistas da Companhia e posteriores aditamentos, arquivado(s) na sede da Companhia, se existentes.

Parágrafo Quarto – Os membros do Conselho de Administração poderão participar de qualquer reunião do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou outros meios de comunicação por meio dos quais todas as pessoas participantes da reunião possam ouvir as demais, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participaram da reunião por meio de conferência telefônica deverão assinar o original da ata lavrado em livro próprio dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da realização da reunião.

Parágrafo Quinto – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente e, na ausência deste, pelo Vice-Presidente ou por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao presidente da mesa a escolha do secretário da reunião.

Parágrafo Sexto – O Conselheiro de Administração poderá, em suas ausências eventuais, apresentar seu voto mediante instrumento de procuração desde que este seja recebido pelo Presidente ou Vice-Presidente até o início da reunião e, caso haja algum voto a ser proferido, a procuração deverá conter o exato conteúdo do voto do Conselheiro representado, do contrário, o procurador deverá abster-se de votar. Nesta hipótese, o Conselheiro em questão será considerado presente para a formação de quórum de instalação e para votação.

Parágrafo Sétimo – Para fins deste artigo 11, considera-se ‘dia útil’ todo dia que não um sábado, domingo, feriado ou dia em que os bancos comerciais estejam autorizados a não funcionar na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.”

- (iii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis,

sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do Artigo 12 para alterar e excluir determinados itens, tendo em vista (a) a redação de alguns itens já estar prevista na Lei nº 6.404/1976; (b) o objetivo de padronizar o Estatuto Social da Companhia aos demais estatutos sociais das empresas pertencentes ao Grupo Enel; (c) a extinção do Comitê de Remuneração e Pessoas; (d) determinadas matérias já serem tratadas em outros dispositivos estatutários; e (e) a exclusão da necessidade de aprovação de determinadas políticas da Companhia pelo Conselho de Administração. Em razão da deliberação tomada no presente item, o Artigo 12 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 12 Além das matérias previstas em lei como de competência exclusiva do Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos e a concretização das seguintes operações pela Companhia estão condicionadas à prévia aprovação pelo Conselho de Administração:

- (i) aprovar o orçamento anual e suas alterações;*
- (ii) fixar, observado o montante da remuneração anual global dos Administradores fixada em Assembleia Geral, a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva quando não houver deliberação a respeito da Assembleia Geral;*
- (iii) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;*
- (iv) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva;*
- (v) manifestar-se sobre o o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria Executiva, demonstrações financeiras anuais e/ou intermediárias e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;*
- (vi) declarar (a) no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intercalares e/ou intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta: (1) de lucros apurados em balanços semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, ou (2) de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral; (b) determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio;*
- (vii) Contratar operações financeiras e bancárias ou relativas ao mercado de valores mobiliários inclusive a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de Notas Promissórias Comerciais (‘Commercial Papers’) e de quaisquer outros instrumentos de crédito e títulos e valores mobiliários de captação pública ou privada de recursos, de uso comum no mercado nacional ou internacional, inclusive suas*

renovações, renegociações e pré- pagamentos, bem como a contratação de garantia de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros);

(viii) deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição, de debêntures, de debêntures conversíveis ou não em ações, de bônus de subscrição, e de outros títulos ou valores mobiliários;

(ix) adquirir, alienar ou onerar bens a serem ou já registrados no ativo permanente, cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do valor total do ativo permanente no último Balanço publicado;

(x) celebrar acordos estratégicos, especialmente no campo da inovação e novas tecnologias;

(xi) celebrar contratos de venda de energia de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros);

(xii) realizar investimentos não previstos no orçamento anual, de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros) e investimentos de caráter estratégico não previstos no orçamento anual, qualquer que seja seu valor;

(xiii) aprovar a compra de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 12.000.000,00 (doze milhões de euros);

(xiv) contratar investimentos imobiliários e serviços de manutenção em instalações imobiliárias da Companhia e de segurança patrimonial, em valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 12.000.000,00 (doze milhões de euros);

(xv) realizar patrocínios em geral, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros);

(xvi) contratar consultorias de qualquer natureza, em valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros);

(xvii) contratar publicidade e marketing de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros);

(xviii) realizar doações de qualquer natureza, de valor superior ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros);

(xix) celebrar transações judiciais e extrajudiciais que impliquem desembolsos de valores superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros), e praticar atos que importem em renúncia de direitos pela Companhia, de valores

superiores ao equivalente em moeda corrente nacional a € 1.000.000,00 (um milhão de euros);

(xx) deliberar sobre a constituição e dissolução de subsidiárias da Companhia, no país e no exterior;

(xxi) aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos da legislação aplicável;

(xxii) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e a criação de comitês de assessoramento do Conselho de Administração e respectivos regimentos;

(xxiii) escolher e destituir auditores independentes com base em recomendação do Comitê de Auditoria, os quais não poderão prestar à Companhia serviços que, de acordo com as normas profissionais, legislação e regulamentos que regulam a profissão do auditor independente, comprometam a sua independência durante a vigência do contrato;

(xxiv) submeter à Assembleia Geral proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia;

(xxv) deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus e gravames sobre bens, móveis ou imóveis, direitos e ativos da Companhia, e/ou de suas sociedades direta ou indiretamente controladas, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 2,5% (dois e meio por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia, exceto: (a) garantias no âmbito de processos administrativos ou judiciais da Companhia; ou (b) garantias exigidas no âmbito dos contratos de compra e venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado;

(xxvi) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto Social que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva ou determinados pela Assembleia Geral;

(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta disponíveis

no mercado; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

(xxviii) aprovar as propostas, protocolos, justificativas e documentos similares a serem submetidos à Assembleia Geral, envolvendo operações de fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer operação similar que envolva a Companhia e suas subsidiárias;

(xxix) aprovar e revisar o código de conduta, aplicável a todos os empregados e administradores, e as Políticas de: (a) Transações com Partes Relacionadas; (b) Gestão de Riscos; (c) Negociações de Valores Mobiliários; (d) Indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e da Diretoria Executiva; e (e) Remuneração.”

- (iv) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, zero votos contrários e zero abstenções, a exclusão do Artigo 13, em função da extinção do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade;
- (v) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, zero votos contrários e zero abstenções, a alteração do Parágrafo Quarto do atual Artigo 14 e a exclusão dos atuais Artigos 17 e 18, para refletir a extinção do Comitê de Remuneração e Pessoas. Em razão da deliberação tomada no presente item, o atual Artigo 14 passará a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 13 O Comitê de Auditoria é órgão permanente de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – O Comitê de Auditoria será governado pela regulamentação da CVM aplicável, por este Estatuto Social e por seu regimento interno e suas deliberações serão meramente opinativas, não vinculando àquelas do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, integrantes do conselho ou não, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a reeleição por até 5 (cinco) mandatos consecutivos. Em caso de renúncia, destituição ou término de mandato

sem recondução consecutiva de membro do Comitê de Auditoria, este somente poderá voltar a integrar tal órgão após decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos.

Parágrafo Terceiro – *A composição do Comitê de Auditoria deve observar o seguinte:*

(i) pelo menos 1 (um) membro do Comitê de Auditoria deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, riscos e auditoria, possuindo: (a) conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e das demonstrações financeiras; (b) habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis; (c) experiência preparando, auditando, analisando ou avaliando demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e complexidade comparáveis aos da Companhia; (d) formação educacional compatível com os conhecimentos de contabilidade societária necessários às atividades do Comitê de Auditoria; e (e) conhecimento de controles internos e procedimentos de contabilidade societária;

(ii) ao menos 1 (um) conselheiro independente;

(iii) é vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, dos diretores da Companhia, de suas controladas, de acionistas controladores, coligadas ou sociedades sob controle comum;

(iv) para avaliação do cumprimento do requisito de independência previsto no item (ii) acima, o membro do Comitê de Auditoria: (a) não pode ser, ou ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, (1) diretor ou empregado da Companhia, seus acionistas controladores, controladas, coligadas, ou sociedades em controle comum, direta ou indiretamente; ou (2) responsável técnico de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da Companhia; e (b) não pode ser cônjuge, parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas no subitem (a) acima; e

(v) o mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular ambas as características referidas nos itens (i) e (ii) acima.

Parágrafo Quarto – *Os membros do Comitê de Auditoria farão jus a remuneração na forma estabelecida pelo Conselho de Administração.”*

- (vi) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do atual Artigo 19, para (a) incluir as denominações dos cargos da Diretoria; e (b) incluir os Parágrafos Primeiro a Quinto, regulando determinadas questões relacionadas ao funcionamento da Diretoria, de modo a aprimorar a governança da Companhia. Em razão da deliberação tomada no presente item, o atual Artigo 19 passará a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 16 *A Companhia terá uma Diretoria Executiva composta por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 13 (treze) Diretores, conforme abaixo:*

Diretor Presidente;

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes;

Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores;

Diretor de Pessoas e Organização;

Diretor de Relações Institucionais;

Diretor de Comunicação;

Diretor de Regulação;

Diretor de Mercado;

Diretor Jurídico;

Diretor de Compras;

Diretor de Serviços;

Diretor de Segurança Patrimonial; e

Diretor de Sustentabilidade.

Parágrafo Primeiro - *A Diretoria é o órgão executivo da Companhia, sendo seus membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição.*

Parágrafo Segundo – *Em caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria Executiva, a respectiva substituição, para completar o prazo de gestão, será deliberada pelo Conselho de Administração.*

Parágrafo Terceiro - *O Diretor Presidente, na sua ausência ou impedimento temporário, será substituído por um dos demais Diretores a ser por ele designado. Os demais Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário serão substituídos pelo Diretor*

Presidente.

Parágrafo Quarto - *Em caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, caberá ao Presidente do Conselho de Administração da Companhia nomear, dentre os demais Diretores, aquele que assumirá a Presidência da Companhia interinamente, até que o Conselho de Administração eleja o seu substituto.*

Parágrafo Quinto - *O Diretor eleito na forma deste artigo exercerá o cargo pelo tempo de mandato que restava ao Diretor substituído.”*

- (vii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a inclusão de novo Artigo 17 (decorrente da renumeração dos dispositivos do Estatuto Social) e alteração do *caput* do atual Artigo 21, para definir as atribuições e responsabilidades dos Diretores e incluir nova matéria na competência da Diretoria, aprimorando a governança da Companhia. Em razão da deliberação tomada no presente item, o novo Artigo 17 e o *caput* do atual Artigo 21 passarão a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 17 *Além de outras funções que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração, os Diretores terão as seguintes atribuições e responsabilidades:*

I - Diretor Presidente: *responsável pela gestão e fiscalização das atividades da Companhia e de sua Diretoria, em todas as áreas;*

II - Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes: *responsável por assegurar o desenvolvimento e a operação das redes de distribuição e dos processos comerciais de acordo com as necessidades das atividades de distribuição de energia, como: novas conexões, execuções de obras, cortes e religações, bem como a supervisão do controle de perdas de energia e os processos de arrecadação;*

III - Diretor de Administração, Finanças, Controle e de Relações com Investidores: *responsável pelo planejamento financeiro e pelas atividades de financiamento, tesouraria, risco financeiro e operações financeiras estruturadas; operações bancárias, linhas de crédito (garantias); celebração e gestão de contratos e obrigações financeiras; gestão das relações com instituições financeiras e relações com investidores, acionistas, credores, analistas de mercado, agências de classificação de riscos, órgãos de regulação e controle*

dos mercados financeiros e de capitais; gestão de seguros; responsável pelas atividades administrativas e de contabilidade, pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas aplicáveis; além de monitorar e apoiar os órgãos de controle interno em suas atividades e fazer a interface com o auditor externo; pela coordenação dos assuntos de natureza tributária e fiscal da Companhia, inclusive em âmbito judicial, e gestão do cumprimento das respectivas obrigações de tal natureza, bem como pela gestão das relações com autoridades fiscais; pelo planejamento estratégico, execução e controle da gestão da Companhia, incluindo formulação, controle e acompanhamento do orçamento e dos indicadores de lucro líquido, dívida líquida, balanço e fluxo de caixa da Companhia;

IV – Diretor de Pessoas e Organização: *responsável pelos assuntos afetos à área de recursos humanos, como definição de políticas salariais; desenvolvimento de competências profissionais; organização e relações sindicais, representando a Companhia perante órgãos e outras entidades do trabalho e da previdência social, além de atividades relacionadas com os fundos de pensão e outros benefícios relevantes;*

V - Diretor de Relações Institucionais: *responsável pelas atividades de relacionamento institucional da Companhia com órgãos e entidades governamentais, da administração direta ou indireta, e com instituições de classe, bem como pela implementação de ações para preservar a imagem institucional da Companhia;*

VI - Diretor de Comunicação: *responsável pelo desenvolvimento da estratégia de marca da Companhia, coordenando a execução de eventos, promoções, patrocínios, campanhas de publicidade comercial e institucional e outras iniciativas de comunicação externa; e pela promoção das relações com a mídia nacional e emissão de comunicados de imprensa, além de desenvolver e coordenar projetos de comunicação interna e nas mídias sociais;*

VII - Diretor de Regulação: *responsável pela definição e promoção dos interesses da Companhia em relação a assuntos e questões regulatórias do setor elétrico e de defesa da concorrência; representação junto aos agentes reguladores e demais órgãos do setor elétrico e da defesa da concorrência;*

VIII - Diretor de Mercado: *responsável por todos os canais de relacionamento com o cliente e o controle do seguimento dos grandes consumidores, definindo e realizando a estratégia comercial e de marketing e a comunicação comercial para cada segmento de clientes; realizar operações comerciais como faturamento, cobrança e gestão de crédito, gerenciando os processos de atendimento e serviço ao cliente;*

IX - Diretor Jurídico: responsável pela coordenação, execução e controle dos assuntos afetos à área jurídica, inclusive a defesa da Companhia em todas as esferas judiciais e/ou administrativas, exceto no que se refere a assuntos de natureza tributária e fiscal;

X - Diretor de Compras: responsável pela gestão e qualificação de fornecedores, compras de materiais, equipamentos e bens em geral e contratações de serviços em geral;

XI - Diretor de Serviços: responsável pela gestão de serviços gerais, incluindo manutenção de edifícios e planejamento de ocupação de instalações; gestão imobiliária, incluindo compra, venda e locação; administração de transportes, viagens e outros serviços de escritório;

XII - Diretor de Segurança Patrimonial: responsável definição e execução de procedimentos de segurança patrimonial, de pessoal e de informações e documentos da Companhia; e

XIII - Diretor de Sustentabilidade: responsável pela definição e implementação de políticas, programas e ações de sustentabilidade empresarial.”

“Artigo 19 À Diretoria Executiva compete administrar e representar a sociedade, com poderes para contrair obrigações, transigir, ceder e renunciar direitos, doar, onerar e alienar bens sociais, inclusive os integrantes do ativo permanente, deliberar sobre a emissão, para colocação privada ou por meio de oferta pública de distribuição de Notas Promissórias Comerciais (‘Commercial Papers’) sempre observadas as disposições e os limites aqui previstos e os atos de competência exclusiva do Conselho de Administração previstos em lei e no artigo 12 deste Estatuto Social.”

(viii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a exclusão do Parágrafo Único do atual Artigo 21, tendo em vista a redação já estar prevista na Lei nº 6.404/1976;

(ix) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do *caput* do atual Artigo 22 e dos atuais Artigos 23 e 24, para padronização do Estatuto Social da Companhia aos demais estatutos sociais das empresas pertencentes ao Grupo Enel, sendo ainda efetuado ajuste formal na numeração das alíneas da nova redação do atual Artigo 24 para corrigir erro de digitação que constou da proposta da administração da Companhia. Em razão da

deliberação tomada no presente item, o *caput* do atual Artigo 22 e os atuais Artigos 23 e 24 passarão a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 20 *A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada por qualquer dos diretores, mediante aviso com antecedência mínima de 2 (dois) dias, o qual será dispensado no caso de estarem presentes todos os Diretores.”*

“Artigo 21 *A Companhia será representada ativa e passivamente pelo Diretor Presidente ou, ainda, individualmente, por qualquer outro Diretor, dentro dos limites e abrangência de suas respectivas atribuições e responsabilidades, conforme definidas no Artigo 17. A Companhia obrigar-se-á pela assinatura do Diretor Presidente ou, ainda, individualmente, pela de qualquer outro Diretor, dentro dos limites e abrangência de suas respectivas atribuições e responsabilidades, conforme definidas no Artigo 17 e observadas as disposições do Artigo 12.”*

“Artigo 22 *A Companhia poderá, ainda, ser representada por procuradores devidamente constituídos. Os instrumentos de mandato da Companhia deverão sempre ser assinados individualmente pelo Diretor Presidente ou, ainda, por qualquer Diretor, no âmbito e limites de suas respectivas atribuições e responsabilidades, conforme definidas no Artigo 17 e estabelecerão expressamente a limitação dos poderes. Os instrumentos de mandato serão outorgados por prazo certo não superior a 1 (um) ano, exceto os instrumentos de mandatos outorgados: (a) para fins judiciais, arbitrais e/ou administrativos em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou processo; (b) em decorrência de editais de leilões de compra de energia elétrica homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; (c) para a celebração de contratos de constituição de garantia celebrados com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou com agentes das seguintes categorias: geradores, transmissores ou distribuidores de energia elétrica; e (d) as outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) respectivo(s) contrato(s) de financiamento.”*

- (x) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do Parágrafo Terceiro do atual Artigo 25 para efetuar ajuste de referência cruzada. Em razão da deliberação tomada no

presente item, o Parágrafo Terceiro do atual Artigo 25 passará a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 23 (...) **Parágrafo Terceiro** - *A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no artigo 34.*”

- (xi) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração do *caput* do atual Artigo 27, de forma a ampliar as possibilidades de substituição do Presidente das Assembleias Gerais da Companhia. Em razão da deliberação tomada no presente item, o *caput* do atual Artigo 27 passará a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 25 *As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, na ausência deste, por 1 (um) membro da Diretoria Executiva. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelo Presidente da mesa.*”

- (xii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a exclusão do Parágrafo Único do atual Artigo 29 e do atual Artigo 33, tendo em vista tais matérias já serem tratadas em outros dispositivos estatutários;

- (xiii) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a alteração da redação do *caput* do atual Artigo 34, para efetuar ajustes de redação e numeração. Em razão da deliberação tomada no presente item, o *caput* do atual Artigo 34 passará a vigorar com a seguinte redação e numeração:

“Artigo 31 *Qualquer acionista ou grupo de acionistas que venha a adquirir ou se torne titular, voluntariamente, em uma única operação ou por operações sucessivas (“**Acionista Comprador**”), de: (a) ações de emissão da Companhia; ou (b) outros direitos, inclusive outros direitos de sócio sobre as ações de emissão da Companhia, que representem, em ambos os casos, conjunta ou isoladamente 30% (trinta por cento) ou*

*mais do seu capital social (“**Participação Relevante**”), deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade superior ao limite estipulado, submeter à ANEEL pedido para realização de uma **OPA** para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia (“**OPA 30%**”), observando-se o disposto na regulamentação aplicável, os regulamentos da B3 e nos termos deste artigo.”*

(xiv) Aprovar, **por unanimidade** de votos dos presentes, com 189.329.145 votos favoráveis, sem votos contrários e sem abstenções, a realização de outros ajustes de numeração e de referência cruzada dos dispositivos estatutários, quando aplicável. Em razão da deliberação tomada no presente item:

(a) o *caput* do atual Artigo 9º passará a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 9º O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.”

(b) os seguintes Artigos, além dos dispositivos mencionados acima, foram renumerados, conforme tabela abaixo:

Númeração Atual	Numeração Nova
15	14
16	15
20	18
25	23
26	24
28	26
29	27
30	28
31	29
32	30
35	32

36	33
37	34
38	35

(c) os seguintes Capítulos do Estatuto Social foram renumerados, conforme tabela abaixo:

Númeração Atual	Numeração Nova
Capítulo VI Comitê de Auditoria	Capítulo V Comitê de Auditoria
Capítulo VIII Diretoria Executiva	Capítulo VI Diretoria Executiva
Capítulo VIII Conselho Fiscal	Capítulo VII Conselho Fiscal
Capítulo IX Assembleia Geral	Capítulo VIII Assembleia Geral
Capítulo X Remuneração da Administração	Capítulo IX Remuneração da Administração
Capítulo XI Exercício Social e Demonstrações Financeiras	Capítulo X Exercício Social e Demonstrações Financeiras
Capítulo XII Alienação do Poder de Controle da Companhia	Capítulo XI Alienação do Poder de Controle da Companhia
Capítulo XIII Aquisição de Participação Relevante	Capítulo XII Aquisição de Participação Relevante
Capítulo XIV Liquidação	Capítulo XIII Liquidação
Capítulo XV Acordo de Acionistas	Capítulo XIV Acordo de Acionistas
Capítulo XVI	Capítulo XV

Juízo Arbitral	Juízo Arbitral
Capítulo XVII Disposições Finais	Capítulo XVI Disposições Finais

7.4. Antes de se proceder à deliberação sobre o item (ii) da Ordem do Dia da Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora da Companhia, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A., propôs o aumento do limite da remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2019 constante da proposta da administração, no valor de R\$ 15.360.702,00, para R\$ 17.607.522,68, entre fixos e variáveis, o qual será distribuído e individualizado entre seus membros da seguinte forma: do montante ora aprovado, o valor máximo de R\$ 2.755.014,00 será utilizado para remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia, o valor máximo de R\$ 1.386.720,00 será utilizado para remuneração dos membros dos Comitê de Auditoria e o saldo, no valor de R\$ 13.465.788,68 corresponderá à remuneração máxima dos membros da Diretoria, entre rendimentos fixos e variáveis, sendo R\$ 4.085.338,02 correspondente a remuneração variável e R\$ 9.380.450,66 correspondente a remuneração fixa tendo em vista o aumento do número máximo de diretores que podem compor a administração da Companhia, de 8 (oito) para 13 (treze), conforme alteração do Estatuto Social aprovada na presente Assembleia. A proposta apresentada pela acionista controladora da Companhia foi aprovada, **por maioria** de votos dos presentes, com 189.323.545 votos favoráveis, 5.600 votos contrários e sem abstenções, ficando, dessa forma, fixada a remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2019, no valor de até R\$ 17.607.522,68.

7.4.1. Consignar que, em função da proposta apresentada pela acionista controladora da Companhia, os votos encaminhados por meio de boletim de voto a distância a favor da proposta da administração para fixação da remuneração global anual dos Administradores para o exercício social de 2019, no valor de R\$ 15.360.702,00, foram contabilizados como votos contrários à proposta apresentada pela Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A..

7.4.2. Consignar também que, para o exercício social de 2019, os membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração fixa mensal, independente da quantidade de reuniões que se realizarem no mês de competência (“Honorários Mensais”).

7.4.3. No caso de ausência em uma reunião, o membro do Conselho de Administração receberá

50% (cinquenta por cento) dos Honorários Mensais.

7.4.4. Os conselheiros de administração serão reembolsados pelas despesas que incorrerem no desempenho de suas funções, observadas as regras e políticas internas da Companhia.

8. ENCERRAMENTO: Não havendo nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Reaberta a sessão, esta ata foi lida e, uma vez aprovada, foi assinada pelos presentes, ficando autorizada a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 25 de abril de 2019.

Mesa:

Britaldo Pedrosa Soares
Presidente

Andrea Leandro Valenzuela
Secretária

Administração:

Max Xavier Lins
Presidente

Auditoria Independente:

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.,
por: Sr. Adilvo Pinheiro de Oliveira França Junior

Conselho Fiscal:

Mario Daud Filho
Presidente

Comitê de Auditoria:

Mario Shinzato
Coordenador

Acionistas Presentes:

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A..
Andrea Leandro Valenzuela
Procuradora